

ERRO NA BASE DE DADOS SÓ RECONHECE CONCELHO APÓS 1976

Naturais das Lajes do Pico fora do Cartão do Cidadão



CARTÃO DO CIDADÃO é requerido nos balcões da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão nos Açores ou no Registo Civil

Base de dados do cartão do cidadão rejeita naturais das Lajes do Pico e das Flores antes de 1976. O Instituto de Registos e Notariado diz que o problema foi resolvido.

Vários requerentes do cartão do cidadão confirmaram ao DI terem sido impedidos de registar como a sua naturalidade o concelho das Lajes do Pico ou o concelho das Lajes das Flores.

No preenchimento do formulário para a obtenção do documento, segundo explicaram, foram informados que, tendo nascido antes de 1976 naqueles concelhos açorianos, o sistema não aceitaria esses dados, devendo, por isso, es-

colher outro local da ilha para a sua naturalidade.

Recentemente, num texto de opinião, publicado em DI, José Machado Soares revelou essa situação. O colunista adiantava nesse escrito que, depois de indagar a razão do problema, foi informado que a impossibilidade decorria da utilização das divisões administrativas do Instituto Nacional de Estatística (INE) na parametrização da base de dados que sustenta o cartão do cidadão.

Até 1976, a divisão administrativa do arquipélago baseava-se em três distritos. A partir daí, a Região foi dividida em concelhos.

Segundo a resposta da RIAC à queixa de Machado Soares (que a transcreve no seu artigo de opinião), a designação Lajes do Pico, nos dados do INE, só surgiu em 1976. Daí o impedimento de os naturais desse concelho nascidos antes dessa data registarem a sua real naturalidade no cartão do cidadão.

Outros requerentes confirmaram ao DI terem-se defrontado com impedimentos semelhantes, quer nas Lajes das Flores quer noutras zonas do país.

TUDO RESOLVIDO

Em resposta a um pedido de esclarecimentos de DI, o Instituto de Registos e Notariado (entidade responsável pelo

cartão do cidadão) confirmou a existência destes impedimentos, mas garantiu que, após reclamações de vários utentes e o alerta de várias Conservatórias e da RIAC, o problema foi resolvido.

Em comunicado, o IRN explica que os problemas decorrem de "hiatos de tempo" na legislação consultada sobre a divisão administrativa do país, que serve de base ao cartão do cidadão e não da má interpretação da divisão administrativa do INE.

"O que se tem constatado, através da análise dos diversos suportes documentais sobre a matéria (onde se inclui o INE) é que, no que concerne à divisão administrativa das Ilhas, a legislação é escassa e a existente suscita dúvidas, nomeadamente por ela própria espelhar omissões quanto a períodos de vigência", adianta o comunicado do IRN.

REIVINDICAÇÕES DO SINTAP-AÇORES

Aumento de 3% no subsídio de insularidade

O Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública nos Açores (SINTAP-Açores) defende o aumento de três por cento no subsídio de insularidade no próximo ano. A proposta surge no caderno reivindicativo daquela força sindical, apresentada ontem.

O SINTAP-Açores argumenta que a legislação regional deve ser adaptada à tabela única remuneratória para a Administração Pública, e que essa adaptação deve garantir também o aumento proposto na remuneração complementar (subsídio de insularidade).

O sindicato defende também o aumento de três por cento, em 2010, nos salários dos trabalhadores das instituições particulares de solidariedade social (IPSS), assim como a revalorização remuneratória da carreira técnica superior nesses estabelecimentos.

"A existência de técnicos superiores contratados pelas IPSS/Misericórdias a prestarem serviço para o Instituto de Ação Social em todas as ilhas, com maior incidência em São Miguel, Terceira e Faial, para satisfazerem necessidades próprias e específicas daquele serviço público, em regime de horário completo e de subordinação hierárquica, auferindo contudo salários inferiores aos dos seus colegas da administração pública, é um factor de injustiça e de descontentamento que urge corrigir", argumenta o SINTAP no caderno reivindicativo para 2010.

CASAS DO POVO

O documento defende ainda a atribuição dos subsídios de insularidade aos trabalhadores da Casa do Povo que não estejam abrangidos pela Portaria nº193/79.

"[Essa aplicação fundamenta-se] por questões de igualdade e justiça", argumenta o SINTAP-Açores, que reivindica também o descongelamento da progressão indiciária na carreira destes trabalhadores.

No caderno reivindicativo para 2010, o SINTAP-Açores

propõe ao Governo Regional a abertura de negociações com vista à celebração de um acordo colectivo de carreiras de regime geral para os trabalhadores contratados na Região Autónoma dos Açores.

E reivindica também a abertura de um processo negocial para a celebração de acordos de empresa para os trabalhadores com contrato individual nos hospitais de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta.

"O SINTAP-Açores irá promover junto da secretaria regional da Saúde e dos hospitais de Angra, Horta e Ponta Delgada diligências nesse sentido", adianta o sindicato.

No conjunto de propostas é ainda defendida a revitalização do conselho consultivo da administração pública, com o objectivo da discussão das "matérias relevantes para a melhoria e eficácia da organização e actuação da administração pública regional".

HIGIENE E SEGURANÇA

O SINTAP-Açores garante que a legislação em vigor para a segurança e higiene no trabalho está a ser desrespeitada na administração pública regional e nas IPSS/Misericórdias.

Por isso, para 2010, avança com a reivindicação da concretização de um regime jurídico da promoção e segurança e saúde no trabalho, assim como a criação de comissões de segurança no trabalho, que, segundo o sindicato, continuam por criar no arquipélago.

O SINTAP-Açores defende também a reclassificação e reconversão profissionais em vários serviços públicos, assim como a simplificação do sistema de avaliação da administração pública regional.

Reivindica também mais formação profissional no sector, o reforço do pessoal auxiliar nas escolas da Região e o aproveitamento do pessoal das delegações das contabilidades públicas regionais, caso estas venham a ser reestruturadas.

NÚMEROS DO COMANDO REGIONAL DA PSP

Criminalidade nos Açores desceu nos últimos dois anos

A criminalidade nos Açores diminuiu nos últimos dois anos, adianta o Comando Regional da Polícia de Segurança Pública (PSP).

Em comunicado, esta força policial afirma que, de Janeiro a Setembro deste ano, registaram-se 31 crimes por cada mil habitantes, um número inferior ao verificado em 2008 (42 crimes por cada mil habitantes).

E na comparação entre os números de 2008 e os de 2007, a PSP adianta que também se registou um decréscimo: dos 45 crimes por cada mil habitantes verificados em 2007, passou-se para 42 crimes por mil habitantes no ano seguinte.

"Ainda em relação aos dados de 2009, poderá dizer-se que, no que concerne aos crimes violentos, registaram-

se até ao momento um crime por mil habitantes", indica a PSP em comunicado.

"Importa enfatizar que ao analisar-se o índice de criminalidade por município, por exemplo o de Ponta Delgada é muito inferior ao de Lisboa ou do Porto", sublinha ainda esta força policial, em comunicado enviado, ontem à tarde, à imprensa.

O documento refere ain-

da que, comparando 2008 e 2007 em termos de número de ocorrências, se registou um decréscimo de 627 casos (10850 em 2007 e 10223 em 2008). Assim, segundo a mesma fonte, verificou-se uma redução de 5,8 por cento.

A PSP assume, contudo, que entre 2006 e 2007, a criminalidade nos Açores aumentou 4,1 por cento, passando de 10420 casos para 10850 casos.



FRANCISCO PIMENTEL leva reivindicações ao Governo Regional